

Um benefício que dura 40 anos

BRASÍLIA — Os recursos no orçamento da União de 1988 destinados a entidades assistenciais e filantrópicas, distribuídos pelos deputados e senadores, são de Cr\$ 560 milhões em valores de 1987. Corrigidos na revisão do orçamento, totalizam cerca de Cr\$ 3 bilhões que, divididos entre os 559 parlamentares, resultam numa verba de Cr\$ 5,3 milhões para cada um.

Os recursos orçamentários para as entidades filantrópicas existem desde 1948, quando foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério da Educação. O Conselho é depositário legal dessa verba e, teoricamente, deveria definir os seus

destinatários. Mas um acordo informal entre o Executivo e o Legislativo criou a tradição segundo a qual o orçamento do CNSS é dividido igualitariamente entre os deputados e senadores.

Segundo o diretor da assessoria técnica da comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Luiz Vasconcelos, os recursos "são aplicados criteriosamente". Ele assegura que qualquer verba só pode ser liberada quando o beneficiário, além de credenciado no CNSS, apresenta "atestado de funcionamento expedido por autoridade judiciária, balanço financeiro em dia e rigorosa prestação de contas das verbas recebidas anteriormente".